



ATA Nº 6/2014

DA 1.ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE JUNHO DE 2014
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,
REALIZADA A 30 DE JUNHO DE 2014

-----No dia 30 de junho de 2014, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho de Lagos, reuniram-se em Sessão Ordinária de junho, convocada ao abrigo do n.º 1 do Artigo 27.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, das alíneas b) do n.º 1 e c), d) e p) do n.º 3 do Artigo 19.º, do n.º 1 do Artigo 23.º, do n.º 3 do Artigo 26.º e n.º 2 do Artigo 29.º, todos do respetivo Regimento, os Membros da Assembleia Municipal de Lagos, com a seguinte **ORDEM DO DIA**:

- ✎ PUNTO 1 - *Informação escrita da Presidente da Câmara acerca da atividade do Município;*
- ✎ PUNTO 2 - *Apreciação e votação do Relatório de Gestão Consolidado do Município de Lagos - Ano 2013;*
- ✎ PUNTO 3 - *Situação do endividamento da Câmara Municipal e das Empresas Municipais, à data de 31 de março de 2014;*
- ✎ PUNTO 4 - *Apreciação e votação da proposta de nomeação de auditoria externa para Certificação das Contas do Município de Lagos;*
- ✎ PUNTO 5 - *Apreciação e votação da proposta de alteração ao Regulamento da Componente de Apoio à Família;*
- ✎ PUNTO 6 - *Apreciação e votação da proposta de desafetação do domínio público de parcelas de terreno sitas em Montinhos da Luz, Freguesia da Luz – alteração ao Alvará de Loteamento n.º 7/93;*
- ✎ PUNTO 7 - *Apreciação e votação da proposta para as II Jornadas de Lagos;*
- ✎ PUNTO 8 - *Apreciação e votação da proposta de criação do Observatório Municipal da Saúde de Lagos.*

-----**ABERTURA DA SESSÃO:** Tendo sido constituída a Mesa com todos os seus Membros presentes, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), verificada a existência de quórum, deu início à presente Sessão, quando eram 20 horas e 52 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO
PS	António Marreiros Gonçalves
PS	Carlos Manuel Martins da Saúde Fernandes [Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Lagos (S. Sebastião e Santa Maria)]
PS	Eduardo Manuel de Sousa Andrade
PS	João Henrique Pereira
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato



Fl. 69v.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS**

PS	Maria Paula Dias da Silva Couto
PS	Nuno Filipe Pereira Marreiros (Secretário da Junta de Freguesia da Luz)
PS	Paulo José Dias Morgado (Presidente)
PS	Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo
PSD	Alexandra Cristina Neves Pargana
PSD	Fernando Ramos Bernardo (1º Secretário)
PSD	José Valentim Rosado
PSD	Nádia Cristina Vaz Laboreiro
PSD	Rui Filipe Machado de Araújo
LCF	Ana Margarida de Passos Águas Bento e Barros Martins (2ª Secretária)
LCF	Carlos Francisco Graça da Glória
LCF	Jorge Manuel Fernandes Ferreira
CDU	Ana Paula Pereira Viana
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira
CDU	Maria Brites Quintino da Silva Nunes Dias Alcobia
TSL	José Alberto Baptista

-----**ENTRARAM JÁ NO DECURSO DA REUNIÃO**, no momento indicado nesta Ata, os seguintes Membros da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO
PS	Carlos Manuel Pereira Fonseca [Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere]
PS	Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio [Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João]
PS	João Luís da Silva Gomes
BE	José Manuel Maia dos Santos

-----**SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO	PERÍODO SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUTO
CDU	Celso Jorge Pereira da Luz Alves Costa	Sessão Ordinária de junho/2014	Maria Brites Quintino da Silva Nunes Dias Alcobia



PS	Ana Cristina da Conceição Pereira Oliveira	1 dia	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato
PSD	Fernando Manuel Cristino Marreiro	1 dia	Adélia Maria de Almeida Rodrigues Fuzeta
PSD	Adélia Maria de Almeida Rodrigues Fuzeta	1 dia	Joaquim José Furtado Marreiros de Azevedo

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO	SITUAÇÃO
PS	Vítor Manuel Morais Mata (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)	Solicitou substituição para esta Sessão, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09.
PS	Nuno Filipe Pereira Marreiros (Secretário da Junta de Freguesia da Luz)	Substitui o Sr. Vítor Mata (Presidente da Junta de Freguesia da Luz).

-----SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – TOMADA DE POSSE:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL	PERÍODO SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUTO
PSD	Joaquim José Furtado Marreiros de Azevedo	1 dia	Alexandra Cristina Neves Pargana

-----ENTRADA DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: Durante estes procedimentos, entrou na sala o seguinte Membro da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO	HORA
PS	Carlos Manuel Pereira Fonseca [Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere]	20.53

-----MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE ESTIVERAM PRESENTES NA REUNIÃO:

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Maria Joaquina Baptista Quintans Matos - Presidente
PS	Hugo Miguel M. Henrique Pereira - Vice-Presidente
PS	Maria Fernanda Pires de M. Carvalho Afonso - Vereadora
PSD	Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim - Vereador
LCF	Luís Manuel da Silva Barroso - Vereador



Fl. 70v.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS**

-----**FALTARAM A ESTA REUNIÃO OS MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL**, a seguir indicados:

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis - Vereador
CDU	Luís Carlos Carradilha Reis - Vereador

-----**TOMADA DE POSSE DE MEMBRO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA:** Ao abrigo do Artigo 9.º da Lei n.º 33/98, de 18/07, foi convocada, para estarem presentes na 1.ª Reunião da Sessão Ordinária de junho de 2014, para tomar posse como Membro efetivos do Conselho Municipal de Segurança a seguinte cidadã: **MARIA DO CARMO PACHECO** – Administração Regional de Saúde do Algarve.-----

-----Para dar cumprimento ao n.º 1 do Artigo 4.º (Composição) do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança, falta a seguinte entidade indicar o seu representante: CGTP.-----

-----Verificada a conformidade formal a cidadã procedeu à assinatura do respetivo auto de posse, o qual fica arquivado em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-541-11, ficando assim investida nas suas funções.-----

-----**PERÍODO DAS INTERVENÇÕES DO PÚBLICO:** O munícipe Sr. Nelson Correia, proprietário da loja Terracota, situada na Praça Luís de Camões, começou por fazer a entrega de uma carta, assinada pela maioria dos lojistas da Praça Luís de Camões, relativamente ao ruído provocado pelas atuações de diversos músicos, dirigida à Sra. Presidente da Câmara Municipal. Seguidamente referiu que tinha recebido uma carta da Câmara Municipal a informar que a exposição que a sua loja ocupava na via pública tinha que ser reduzida para metade, situação que não compreende uma vez que toda a exposição que tem encontra-se debaixo de um toldo e a mesma tem estas características há 23 anos. Acrescentou que a diminuição do espaço de exposição implica ter que despedir uma funcionária.-----

-----**ENTRADA DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, entraram na sala os seguintes Membros da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO	HORA
PS	Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio [Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João]	20.56
PS	João Luís da Silva Gomes	20.56
BE	José Manuel Maia dos Santos	20.56

-----O Sr. Jorge Humberto Nascimento, referindo-se a um prédio adquirido pela Câmara Municipal em Barão de S. João, situado na Rua das Parreiras, n.º 15, disse que o mesmo se encontra em avançado estado de degradação e isso está a afetar o seu negócio. A habitação em causa é colada à sua e neste momento o imóvel da Câmara Municipal tem um tanque, com cerca de 6 m², com águas paradas o que não



é bom para a saúde pública. Convidou o Sr. Presidente da Assembleia Municipal e todos os Membros da Assembleia Municipal a se deslocarem ao local para verificar a situação relatada. Indignado e um pouco alterado com toda esta situação, uma vez que já tinha solicitado a diversas entidades que resolvessem a situação, apelou à resolução do problema no mais curto espaço de tempo possível, porque não queria conectar ninguém a um crime de saúde pública, uma vez que considera águas podres são uma questão de saúde pública. Terminou dizendo que os resíduos de saneamento não passam pela estação de tratamento e vão todos parar à ribeira.-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**

-----**LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:** Foi lida a correspondência recebida, registada sob os números 172/2014 a 289/2014, inclusive.-----

-----Seguiu-se a leitura da correspondência expedida, compreendida entre os números 87/2014 a 156/2014, inclusive.-----

-----**INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) fez a seguinte intervenção: “A Coligação TSL saúda a Mesa da Assembleia Municipal, os membros da Câmara Municipal, os membros da Assembleia Municipal e todos os lacobrigenses presentes. É o Período de Antes da Ordem do Dia dedicado a assuntos de interesse municipal e assuntos da cidadania autárquica. Começa, pois, a Coligação TSL para alertar para o espírito crescente de contestação simulada ao sistema constitucional em que assenta o regime democrático, fruto do 25 de Abril. Este espírito é liderado pela governação do país, com apoio nos seus diversos abonados, espalhados pela comunicação social. A Coligação TSL também sabe, e reconhece, que o regime democrático não é um sistema imutável, conservador e alheio aos ventos da história e da vida. Quem assim pense, não está ao serviço da democracia, mas, sim, da contra democracia. A arquitetura de toda a Constituição pode ser analisada, discutida, revigorada; o que não pode nenhum poder democrático é ser edificado sem a defesa dos direitos essenciais do homem, como os da dignidade, da liberdade, da equidade, da justa proporcionalidade e da coesão social. Mas, são, exatamente, estes direitos que o espírito que grassa contra a Constituição quer por em causa. Aqui, a posição da Coligação TSL é traduzida pela exigência de que toda a Constituição nacional, e mesmo a europeia, se mova sobre três pilares: o pilar da integração e equidade económicas, o pilar da coesão social e o pilar da estratégia cultural. Estes valores políticos e sociais, aliados aos direitos da dignidade e da liberdade humanas, não podem ser derogados por um qualquer governo mal – amado do sistema democrático. Neste momento de crise do sistema político e partidário nacional, acrescido da decadência programada de um modo de vida digno e justo das populações portuguesas, a Coligação TSL não pode deixar de manifestar a sua inquietação pela demonização das atuais regras constitucionais. Passa, agora, a Coligação TSL a manifestar alguma preocupação com a solução encontrada, a nível municipal, para a regulamentação da venda ambulante. A Coligação TSL entende que será necessário rever esta solução, devendo, por isso, encontrar-se um instrumento regulador que equilibre a necessidade económica da venda ambulante, a defesa da vitalidade urbana do centro histórico e a visibilidade cultural e turística da



Fl. 71v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Cidade. A atual situação não oferece, nem favorece, nenhum destes equilíbrios. Espera, por isso, a Coligação fazer incluir esta matéria em sede de Assembleia Municipal, após o verão, finda a validade das atuais licenças, para debate na Ordem do Dia, ouvida que seja a respetiva Comissão Especializada da AM. E falando em Comissões Especializadas, a Coligação TSL espera que esteja concluído o processo da sua constituição, de modo que, daqui, interpela o Sr. Presidente da Mesa sobre o calendário para a respetiva tomada de posse e o início de funções. Por fim, a Coligação TSL, para ser fiel à crítica que faz sobre os abusos de tempo cometidos pela AM no período de antes da ordem do dia - lembramos que na anterior sessão da AM, dos 60 minutos legais e regimentais, a AM fez uso e abuso até aos 150 minutos. Por isso, faz, desde já, uma referência à documentação enviada ao abrigo da alínea a) do n.2 do artigo 25.º do Regimento. Dos documentos da CDU: A Coligação TSL votará favoravelmente os 3 quesitos da Moção sobre a “Estratégia Regional Algarve 2030”, com especial incidência no seu ponto 1. Sobre a “Alteração do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Revogação da Lei dos Compromissos”, a Coligação aguarda mais informação do proponente, sem, entretanto, deixar de concordar com os seus três eixos fundamentais. Sem deixar, também, de apreciar o Projeto de Lei do Grupo Parlamentar do PCP sobre esta matéria. Na Moção “Não à privatização da EGF”, a Coligação TSL votará a favor, uma vez que a mesma retoma matéria já anteriormente aprovada na AM. Sobre o “Imediato aumento do salário mínimo nacional”, a Moção aponta para números que não parecem à Coligação TSL totalmente fundamentados, mesmo que sejam concorrentes com os números da CGTP. Na Moção “Reposição dos Feriados nacionais”, a Coligação TSL votará a favor. Votará, também, a favor a Moção sobre a “redução das taxas do Iva para 6% aplicáveis ao consumo de eletricidade e gás natural, assim como de gás butano e propano”. Da demais documentação entregue, a Coligação TSL relembra a posição da AM de Lagos sobre “A reforma judiciária/novo Mapa judiciário”, devendo transmiti-la à AM de Caldas da Rainha. Sobre o Projeto de Resolução do BE sobre a criação da Unidade de Saúde no Algarve, a Coligação TSL recomenda que a AM envie as suas posições sobre o problema da saúde no Algarve ao Grupo Parlamentar do BE. Antes de terminar, a Coligação TSL deseja ao Sr. Vereador Luís Reis as melhores rápidas e que regresse não só ao seio da família pessoal, como da família da CDU. Por agora, é tudo, Sr. Presidente. Outras questões mais factuais da gestão municipal serão abordadas pela Coligação TSL nos pontos da Ordem do Dia desta sessão da AM.”-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) começou por agradecer o livro oferecido a todos os Membros da Assembleia Municipal pelo Dr. Cristino Cerol, acrescentando que o mesmo o inspirou para esta intervenção. Disse que noutros tempos havia temas como “fezes” e “cornos” que eram muito falados, sendo que ainda nos dias de hoje têm alguma atualidade. Disse que as pessoas falavam em “fezes” como um sentimento que as oprimia, de uma dor para a qual quase sentiam que não tinham remédio e nos dias que correm parece que Lagos também não tem remédio. Referiu que as casas de banho públicas de Lagos, não estão a funcionar, estando mesmo encerradas a maior parte do tempo e isso prejudica os comerciantes, principalmente



os do ramo das pastelarias/cafés. Disse que cornos são hastes que alguns animais têm na cabeça e são esses cornos, originais e réplicas, que estão a ser comercializados em abundância, na Avenida dos Descobrimentos, junto aos estabelecimentos comerciais, por vendedores ambulantes de origem africana. Ironicamente disse que os “cornos” que existem em Lagos são suficientes, não sendo necessários mais. Relativamente à intervenção do munícipe Nelson Correia, sobre a redução do espaço de ocupação de via pública relativamente à sua loja, disse que a Câmara está a insistir com os comerciantes no sentido de este espaço ser reduzido, mas esta situação não é coerente, por parte da Câmara Municipal, uma vez que esta adquiriu, para instalar os vendedores ambulantes no passeio da Avenida dos Descobrimentos, tendas com a medida de 3 por 3 metros, ou seja 9m², mas essa medida é largamente ultrapassada, e isso é fácil de comprovar, basta qualquer pessoa deslocar-se ao local. Perguntou se a fiscalização da Câmara Municipal, fiscaliza os vendedores ambulantes no passeio da Avenida dos Descobrimentos, com o mesmo rigor com que fiscalizam a loja do Sr. Nelson Correia. Solicitou à Câmara Municipal que esta pedisse à Autoridade Tributária e à ASAE para desenvolverem uma ação de fiscalização junto dos vendedores ambulantes referidos, no sentido de averiguarem se os mesmos cumprem a Lei.-----

-----O Sr. Duarte Rio (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João) referindo-se à intervenção do munícipe Jorge Humberto Nascimento, esclareceu que o edifício referido pelo munícipe, trata-se da antiga taberna de Barão de S. João, adquirido, em tempos, pela Câmara Municipal e que está em avançado estado de degradação. Informo que já se tinha deslocado ao local com o munícipe, tendo verificado, a partir do edifício vizinho, propriedade do munícipe, uma vez que da via pública não se consegue ver para dentro do imóvel, que existia um tanque, que serviu no passado para fazer vinho, com algum volume de água parada. Disse que esta situação foi reportada à Câmara Municipal, tendo-se deslocado ao local a Sra. Delegada de Saúde que constatou que não havia qualquer tipo de perigo ou ameaça para a saúde pública. Acrescentou que esteve presente igualmente no local uma engenheira civil da Câmara Municipal que concluiu que não havia perigo do prédio ruir. Referiu que o Sr. Vereador Paulo Jorge, pessoa experiente na área da proteção civil, aconselhou no sentido de não colocar ninguém debaixo da restante estrutura que ainda cobre o tanque. Terminou dizendo que tinha conhecimento de que estava na agenda da Câmara Municipal resolver o problema logo que possível.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) perguntou se a situação relatada pelo munícipe Jorge Humberto Nascimento se passasse com qualquer um dos eleitos locais, se o mesmo não viria expor o assunto. Referiu que a situação relatada pelo munícipe deve ser resolvida o mais breve possível, sendo que provavelmente uma bomba dos bombeiros resolveria o problema, mesmo sem que ninguém tivesse que entrar no edifício.-----

-----O Sr. Duarte Rio (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João) esclareceu que as entidades competentes é que concluíram que não havia problemas para a saúde pública. Sobre a solução indicada



Fl. 72v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

pelo Sr. Jorge Ferreira, disse que a mesma tinha sido equacionada só que a quantidade de água é tão pouca que não há equipamento para fazer a extração da água. Terminou dizendo que o munícipe tem toda a razão para reclamar, apesar da forma como o faz não ser a mais correta.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que no final do último mandato autárquico o Presidente da Câmara Municipal tinha feito um protocolo com a Junta de Freguesia de Barão de S. João no sentido de passar para a responsabilidade da Junta de Freguesia a gestão de alguns imóveis propriedade da Câmara Municipal na Freguesia de Barão de S. João, entre os quais o em causa, pelo que questionou se este protocolo estava em vigor.-----

-----O Sr. Duarte Rio (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João) esclareceu que este edifício em causa não está incluído no protocolo mencionado.-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “Promovido pela AMAL, Comunidade Intermunicipal do Algarve, está a decorrer no Algarve, no âmbito da programação 2014-2020, a preparação do Plano Intermunicipal de Alinhamento com a Estratégia Regional Algarve 2020, em articulação e colaboração com a CCDR Algarve, com o objetivo de estabelecer um quadro de ação dos municípios *alinhado* com a estratégia regional para o próximo período de programação. A Assembleia Municipal de Lagos ainda não teve, até à presente data, qualquer conhecimento sobre o decorrer deste processo, de extrema importância e decisivo para os próximos curto e médio prazo no Algarve. Em relação aos poderes e competências da Assembleia Municipal, a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, define no seu artigo 25.º, Competências de apreciação e fiscalização, nomeadamente na alínea a) do n.º 5, «Compete ainda à Assembleia Municipal: a) convocar o secretariado executivo metropolitano ou a comunidade intermunicipal, conforme o caso, e nos termos da presente lei, com o limite de duas vezes por ano, para responder perante os seus membros pelas atividades desenvolvidas no âmbito da área metropolitana ou comunidade intermunicipal do respetivo município.» Considerando o atrás exposto, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida em 30 de junho de 2014, delibere: 1. Convocar o Conselho Intermunicipal da AMAL para uma Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Lagos, durante o próximo mês de setembro, sobre a preparação do Plano Intermunicipal de Alinhamento com a Estratégia Regional 2020. 2. Solicitar à AMAL e à CCDR o envio antecipado de documentação informativa sobre este assunto. 3. Convidar para esta Sessão a Câmara Municipal de Lagos e as Assembleias e Juntas de Freguesia do Concelho. 4. Dar conhecimento desta deliberação aos órgãos de comunicação social.”-----

-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção, passou-se à votação da Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, tendo-se verificado o seguinte resultado:



	PS	PSD	LCF	CDU	TSL	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	12	5	1	3	1	1	23
ABSTENÇÕES	0	0	2	0	0	0	2
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0

-----DELIBERAÇÃO Nº 54/AM/2014:

-----Aprovada, por maioria, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.---

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “No caminho da reconfiguração do Estado e inserido num programa de entrega ao capital privado do conjunto dos serviços públicos e do setor empresarial do Estado, o Governo anuncia e prepara-se para concretizar a privatização da EGF - Empresa Geral de Fomento. A Assembleia Municipal de Lagos tomou, em 24 fevereiro 2014, a deliberação de exigir do Governo a manutenção da EGF na esfera da gestão e da propriedade pública. Esta deliberação significava que a EGF deveria ficar sujeita à orientação e escrutínio democráticos, subordinada ao interesse público, capacitada para captar o financiamento necessário para os investimentos futuros, mas também capaz de o colocar integralmente ao serviço das populações, melhorando o serviço e mantendo as tarifas e opções de gestão nos níveis mais compatíveis com a salvaguarda dos valores ambientais, da saúde pública e, simultaneamente, com a situação social e económica das populações. Por todo o País, centenas de autarquias locais, Assembleias Municipais e de Freguesia, Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia, e a ANMP, têm tomado posições firmes contra a intenção de privatização da EGF, mas o Governo ignora esta vontade generalizada no País, e prossegue na política de destruição dos serviços públicos. Perante isto, a CDU propõe que a Assembleia Municipal de Lagos reunida em 30 junho 2014 delibere: 1. Reafirmar a sua firme oposição à atuação do Governo no sentido de concretizar a privatização da EGF, contra a vontade expressa das autarquias locais e das populações. 2. Dar conhecimento desta deliberação ao Presidente da República, Assembleia da República, Governo, AMAL e comunicação social.”-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que não faz qualquer sentido votar a Moção em causa uma vez que no dia 24 de fevereiro foi votada uma Moção semelhante, sendo que se a mesma for submetida a votação o PSD mantém o voto contra, à semelhança da votação de fevereiro. Lembrou que esta privatização está prevista no memorando de entendimento assinado com a Troika.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que a votação do documento faz todo o sentido uma vez que o Governo insiste na privatização da EGF apesar da não concordância por parte dos Municípios.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, tendo-se verificado o seguinte resultado:



Fl. 73v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

	PS	PSD	LCF	CDU	TSL	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	12	0	3	3	1	1	20
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	5	0	0	0	0	5

-----**DELIBERAÇÃO Nº 55/AM/2014:**

-----Aprovada, por maioria, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.---
-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “O salário mínimo nacional é uma conquista da Revolução de abril. A criação do salário mínimo nacional representou uma profunda valorização do trabalho tendo constituído uma significativa melhoria das condições de vida dos trabalhadores e do povo português. Em dezembro de 2006, há mais de 7 anos, foi acordado entre o Governo e os parceiros sociais que em janeiro de 2011 o salário mínimo nacional deveria estar fixado em 500 euros. Sucessivos Governos PS e PSD/CDS, optaram por não cumprir o acordo assinado, mantendo o valor do salário mínimo nacional nos 485 euros brutos - o que significa em termos líquidos, 432 euros. Mesmo tendo em conta a retribuição a 14 meses, em que o salário mínimo nacional representa 566 euros, percebe-se a distância a que fica o salário mínimo nacional face ao salário mínimo dos restantes países. Na verdade, o salário mínimo representa 697 euros em Malta, 753 euros em Espanha, 784 euros na Eslovénia, 684 euros na Grécia, 1430 euros em França, 1462 euros na Irlanda, 1469 euros na Holanda, 1502 euros na Bélgica e 1874 euros no Luxemburgo. Entre os frágeis argumentos invocados para não aumentar o salário mínimo nacional, o Governo PSD/CDS invocou a falsa ideia do peso das remunerações na estrutura de custos das empresas e no seu suposto efeito negativo para a competitividade. Na verdade, as remunerações têm um peso de apenas 18% na estrutura de custos das empresas, muito inferior a um conjunto de outros custos, designadamente com a energia, combustíveis, crédito ou seguros. Por outro lado, não há razões nem de competitividade externa, nem de sustentabilidade interna, que desaconselhem o aumento do salário mínimo nacional, confirmando-se que o impacto na massa salarial do aumento previsto será nulo ou, em casos particulares, no máximo de 1,33%. Para a CDU o imediato aumento do salário mínimo nacional é imperioso, por razões de justiça social e de uma mais justa distribuição da riqueza mas também por razões de carácter económico, uma vez que assume especial importância no aumento do poder de compra, na dinamização da economia, e do mercado interno. Face a esta constatação, que diz respeito, a cerca de 500.000 trabalhadores no País, entre os quais se encontram centenas no nosso Concelho, e portanto também aos efeitos positivos do aumento do salário mínimo na economia local, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal reunida a 30 junho 2014, delibere: 1. Exigir do Governo o imediato aumento do salário mínimo nacional para os 515 euros. 2. Dar conhecimento desta deliberação à Assembleia da República, ao Governo, ao Conselho de Concertação Social e à comunicação social.”-----

-----Não tendo sido alvo de qualquer tipo de intervenção, passou-se à votação da Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, tendo-se verificado o seguinte



resultado:

	PS	PSD	LCF	CDU	TSL	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	12	0	3	3	0	1	19
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	1	0	1
VOTOS CONTRA	0	5	0	0	0	0	5

-----**DELIBERAÇÃO Nº 56/AM/2014:**

-----Aprovada, por maioria, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.---

-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. José Valentim Rosado (PSD): “O PSD votou contra a proposta da CDU porque considera que o montante apresentado é manifestamente insuficiente.”-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “A Constituição da República Portuguesa estabelece como princípios a autonomia do Poder Local Democrático e a justa repartição dos recursos públicos entre a Administração Central e Local. Daqui resulta que o Estado é responsável por garantir os recursos ao Poder Local Democrático, que permita a este dar cumprimento às suas responsabilidades. No entanto, os atropelos por sucessivos Governos a estes princípios constitucionais avolumaram-se. A evolução dos regimes de finanças locais foi aprofundando as políticas de redução do papel do Estado, o desinvestimento público, a alienação de funções e serviços públicos e a penalização crescente das populações. Sucessivos Governos desvalorizaram o papel do Poder Local Democrático no desenvolvimento económico e social das respetivas comunidades e na melhoria da qualidade de vida das populações. A progressiva redução da participação das autarquias locais nos impostos do Estado constituiu uma limitação na capacidade de intervenção e de resposta destas. Para além da redução da participação das autarquias locais nos impostos do Estado, nos últimos anos, os Governos do PS, PSD e CDS-PP não cumpriram a Lei de Finanças Locais em vigor à data, o que só veio agravar a situação económica e financeira das autarquias. Mas a situação ficou ainda mais difícil a partir de 2010, com a aplicação dos sucessivos PEC’s e em 2011 com o Pacto de Agressão da troika, com cortes adicionais nas transferências do Orçamento do Estado para os municípios. Desde 2010 até 2013, o Governo retirou aos municípios cerca de 1.300 milhões de euros. É a realidade que comprova que o grande responsável pela asfixia financeira em que se encontram as autarquias é o Governo e as políticas de direita. O Governo é responsável devido aos sucessivos cortes nas transferências do Orçamento do Estado para as autarquias – que constitui um direito das autarquias e não um ato de bondade do Governo – e às consecutivas ingerências na autonomia do Poder Local Democrático, impedindo o desenvolvimento local. Neste contexto, qual foi a solução apresentada pelo Governo? Optou por ir mais longe na política de liquidação da autonomia administrativa e financeira e no agravamento da difícil situação em que as autarquias se encontravam, designadamente pela aprovação de um novo regime de finanças locais e a aplicação da lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso. Hipocritamente, o Governo PSD/CDS-PP propôs um suposto programa de apoio às autarquias, o Programa de Apoio à Economia Local



Fl. 74v.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS**

(PAEL). Um programa que na prática consistia num empréstimo no montante de mil milhões de euros - que correspondia aproximadamente ao montante cortado às autarquias desde 2010 - e constituía uma nova escalada na espoliação e exploração dos recursos públicos e dos rendimentos dos portugueses. O Governo PSD/CDS-PP apresenta agora a proposta de Fundo de Apoio Municipal, depois da sua primeira versão que constava da proposta de lei do regime financeiro das autarquias locais ter sido rechaçada pelas autarquias, que prossegue o mesmo rumo de limitação da autonomia, de redução dos serviços públicos e de penalização das populações, através do aumento de preços, taxas e tarifas e da limitação da atividade municipal. Sob pretexto da consolidação orçamental e dos compromissos assumidos com a troika, o Governo o que propõe é a criação de um novo instrumento que retira recursos às autarquias e que destrói políticas públicas e de emprego público. Reconhecemos que há várias autarquias com graves problemas financeiros. Reconhecemos que é necessário encontrar uma solução séria e efetiva que corresponda às suas necessidades. Mas a solução não passa por criar sucessivos instrumentos de liquidação e invasão da autonomia do Poder Local. Neste sentido, a CDU considera que, pelo contrário, a solução assenta em três eixos fundamentais: . recuperação da capacidade financeira dos municípios; . reposição da autonomia administrativa e financeira; . aperfeiçoamento dos instrumentos de saneamento financeiro existentes. Face ao exposto, a CDU propõe que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida em 30.Junho.2014, delibere: 1. Exigir do Governo a alteração da Lei n.º 73/2013, de 3 setembro e suas alterações – Regime Financeiro das Autarquias Locais - nomeadamente no Artigo 87.º. 2. Exigir do Governo a revogação da Lei n.º 8/2012, de 21 fevereiro e suas alterações – Compromissos e pagamentos em atraso. 3. Dar conhecimento desta deliberação ao Presidente da República, Assembleia da República e Governo, à AMAL, e à comunicação social.”-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que o PSD ia votar contra a Moção apresentada pela CDU, uma vez que considera que as Leis mencionadas são um contributo para colocar um fim ao regabofe que se vivia nas autarquias locais, onde as despesas eram descontroladas, contribuindo isso para a atual situação de elevado endividamento das autarquias.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDU	TSL	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	12	0	0	3	0	0	15
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	1	1	2
VOTOS CONTRA	0	5	3	0	0	0	8

-----**DELIBERAÇÃO Nº 57/AM/2014:**

-----Aprovada, por maioria, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.---

-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. José Valentim Rosado (PSD): “Este é um voto contra assumido com muita tristeza, porque consideramos que esta Lei é uma Lei que surgiu pela necessidade, uma necessidade constatada na realidade devido à gestão irresponsável e aos grandes desequilíbrios notados, infelizmente, por todos no



no País. Sempre fomos a favor da autonomia do Poder Municipal, mas essa autonomia com grande sentido de responsabilidade, responsabilidade, designadamente, a nível financeiro. Não queremos sacrificar o futuro das novas gerações, por isso repito, este é um voto contra, mas é um voto contra com tristeza, porque ele é um voto para dar continuidade a uma situação de necessidade.”-----

-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. Jorge Ferreira (LCF), inspirada, segundo as suas palavras, no livro oferecido pelo Dr. Cristiano Cerol a todos os Membros da Assembleia Municipal, com o título “Algarve rural”: “Quando o burro é muito teimoso, tem que ser controlado com rédea curta.”-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “O País está confrontado com um evidente retrocesso civilizacional. A alteração para pior da legislação laboral, da qual fazia parte o direito aos feriados nacionais, é parte integrante deste retrocesso. As sucessivas alterações ao Código do Trabalho, e em particular aquelas desenvolvidas pelos anteriores Governos e pelo atual Governo PSD/CDS, têm tido como objetivo único a desvalorização do trabalho, o agravamento da exploração, a redução dos salários, a generalização da precariedade, o agravamento do desemprego, a retirada de direitos que foram conquistados há décadas pelos trabalhadores portugueses. Num momento difícil da vida dos portugueses, este Governo PSD/CDS avançou com medidas legislativas que agravaram ainda mais as condições de vida e de trabalho. Aprovou pacotes de violência legislativa que visaram atacar os direitos dos trabalhadores da Administração Pública, do setor empresarial do Estado e do setor privado, mais uma vez com o objetivo central de desequilibrar as relações de trabalho a favor da parte mais forte na relação laboral: redução dos salários, das pensões e dos subsídios; facilitação e embaratecimento dos despedimentos; aumento do horário de trabalho; mais cortes na Educação, Saúde e Segurança Social. A eliminação de quatro feriados nacionais obrigatórios surgiu num quadro mais extenso de alterações ao Código do Trabalho. Estas alterações, levadas a cabo pela Lei n.º 23/2012, de 25 de junho, no que toca à alteração da organização do tempo de trabalho e à sua remuneração, além da eliminação destes quatro feriados, procedeu à eliminação de dias de férias e do descanso compensatório e à redução para metade do pagamento do trabalho suplementar, pondo assim em causa o direito dos trabalhadores à retribuição, ao repouso e aos lazeres. A eliminação destes quatro feriados, antes obrigatórios (Corpo de Deus, 5 de Outubro, 1 de novembro, e 1 de dezembro) além de afetar o direito ao repouso e ao lazer e à organização do trabalho em condições socialmente dignificantes, de forma a facultar a realização pessoal e a permitir a conciliação da atividade profissional com a vida familiar, obriga a trabalho sem qualquer acréscimo de remuneração, e põe em causa, de forma bastante grave, o princípio da proteção da confiança, ao violar legítimas expectativas dos trabalhadores. A entidade patronal passa assim a beneficiar de quatro dias de trabalho a mais por ano, sem qualquer acréscimo na remuneração do trabalhador, tornando-se claro que os únicos interesses protegidos são os da entidade empregadora. Entre os feriados eliminados, observam-se efemérides que se revestem de elevada importância histórica, cultural e religiosa, com particular relevo para o Dia da Implantação da



Fl. 75v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

República e da Restauração da Independência, afetando de forma negativa a cultura e a história do Povo português. Nestes termos os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos reunida em 30 de junho de 2014 delibere: Exigir ao Governo a reposição dos feriados nacionais eliminados – Corpo de Deus, 5 de outubro, 1 de novembro e 1 de dezembro. Enviar esta moção ao Governo, Assembleia da República, Presidência da República, à AMAL e aos órgãos de comunicação social.”-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) referiu que o PSD ia votar contra por discordar com os considerandos. Disse que dizer que “o atual Governo PSD/CDS, têm tido como objetivo único a desvalorização do trabalho, o agravamento da exploração, a redução dos salários, a generalização da precariedade, o agravamento do desemprego” não faz sentido uma vez que nenhum Governo tem como objetivo o aumento do desemprego. Referiu a sua estranheza com o facto da CDU estar preocupada com feriados religiosos.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que os considerandos do documento não estavam relacionados com um ato isolado, mas sim com um desequilíbrio, cada vez maior, nas relações de trabalho e nos direitos dos cidadãos e também no ataque à cultura portuguesa, não só de cidadania, mas também religiosa. Referiu que o PCP sempre teve todo o respeito pelos Católicos. Disse que a juntar aos feriados retirados, o Governo via retirar 5 dias de férias aos funcionários e isso contribui para o desequilíbrio da vida das pessoas e a relação entre entidades patronais e trabalhadores.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) disse que não se podia reivindicar só os feriados civis uma vez que foram retirados, igualmente, feriados religiosos.-----

-----O Sr. José Valentim Rosado (PSD) disse ter assistido, nesta reunião, a dois ataques concretos ao Governo da Nação, sendo o último relacionado com a acusação de que o Governo rouba feriados, ora o Governo da Nação não é ladrão, e o primeiro foi de que o Governo da Nação era mal-amado, sendo o Governo da Nação legitimado, democraticamente eleito, tendo toda a competência e mandatado para exercer as suas funções, cumprindo o seu programa. Referiu que mal estariam todos se o Governo estivesse a cumprir o programa da CDU ou da TSL. Disse que no fim da legislatura o povo português é que vai avaliar o trabalho feito pelo Governo, não é meia dúzia de pessoas, que só entendem a democracia em função dos valores que defendem, que vão julgar o Governo.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) disse que no programa do Governo não constava a retirada de 4 feriados nacionais. Em relação ao mal-amado, disse que talvez o Sr. José Valenti Rosado não tenha percebido as suas palavras, uma vez que quando referiu que o Governo era mal-amado, queria dizer que o Governo está mal-amado pela democracia.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) desafiou o Sr. José Valentim Rosado a trazer, na próxima Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, o programa do Governo para indicar onde o mesmo diz que iam eliminar 4 feriados nacionais e mais 5 dias de férias à função pública.-----

-----O Sr. José Valentim Rosado (PSD) disse que os Partidos que estão atualmente a



Governar o País subscreveram um memorando de entendimento com a Troika, apesar de não terem sido os mesmos a pedirem essa ajuda, assumiram o acordo. Referiu que os feriados religioso suprimidos, foram todos de mutuo acordo com a Igreja. Disse que aquilo que é negociado nunca poderá ser um roubo.-----
-----Posto isto, passou-se à votação da Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDU	TSL	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	12	0	3	3	1	1	20
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	5	0	0	0	0	5

-----**DELIBERAÇÃO Nº 58/AM/2014:**

-----Aprovada, por maioria, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.---

-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. Jorge Ferreira (LCF): “LCF votou a favor desta Moção por algumas das seguintes razões: em primeiro lugar, o trabalho que Portugal precisa é trabalho de qualidade, não é nem mais horas de trabalho, nem menos feriados. O que Portugal precisa é que os cidadãos tenham tempo para se dedicar às suas famílias, para se se dedicarem aos seus filhos e sobretudo, para se dedicarem aos atos de cidadania. Nós cidadãos temos o direito à preguiça, porque é o uso do direito à preguiça que nos permite ter algum tempo para nos dedicarmos aos nossos problemas pessoais, mas sobretudo aos problemas da cidade.”-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “Se numa primeira fase a elevação do preço da energia, tanto elétrica como do gás natural, era apresentada como uma necessidade para atrair capitais e investidores para as então empresas públicas, entretanto transformadas em gigantes monopólios privados pelos processos de privatização, logo os novos monopólios assumiram o poder económico suficiente para impor aos consumidores finais de energia os custos da acumulação de lucros em todas as fases da «nova» cadeia de valor. Assim nasceriam os défices tarifários associados a sucessivos e progressivos aumentos tarifários. Ao longo de todo este período as famílias e as micro, pequenas e médias empresas, da indústria, do comércio e dos serviços, foram sendo confrontadas com a degradação das respetivas condições de vida e de competitividade resultantes de preços energéticos finais superiores aos praticados na maioria dos países da União Europeia (o espaço económico e social em que Portugal se insere) enquanto os salários e os rendimentos, por opção dos mesmos governos, se mantinham em níveis muito inferiores. Em 2011, quando o Governo PS de então optou, em articulação com o PSD e o CDS-PP, por sujeitar os trabalhadores e as populações portuguesas à intervenção externa da troika (FMI, BCE e Comissão Europeia), as profundas contradições da política energética dos sucessivos governos ganharam novo relevo. Se, por um lado, o excessivo preço final da energia impedia a competitividade a largos setores produtivos, nomeadamente aos setores ditos transacionáveis e exportadores, por outro, a tributação do consumo de energia apresentava-se como uma fonte de fácil acesso para gerar receitas públicas, ditas necessárias para



Fl. 76v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

reequilibrar o saldo orçamental do Estado. Nesse sentido, com o acordo do PS, PSD e CDS-PP, o Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal, justamente apelidado de Pacto de Agressão aos trabalhadores e ao povo português, impunha um agravamento da taxa do IVA da eletricidade e do gás natural, de 6% para 23%, enquanto, de forma hipócrita lançava promessas de preocupações com as sobrerrendas do setor energético, com especial relevo para o setor electroprodutor. A parte mais significativa que justifica o aumento dos preços da eletricidade e do gás natural em Portugal, desde 2011, ficou a dever-se ao aumento da taxa do IVA que incidia sobre aqueles produtos, de 6% para 23%. Tal ocorreu a partir do início do último trimestre do ano de 2011 com a entrada em vigor da Lei n.º 51- A/2011, de 30 de setembro, que por proposta do Governo PSD/CDS e aprovação da sua maioria parlamentar antecipou, em três meses, a subida da taxa do IVA sobre aqueles produtos, prevista no Memorando da Troika. As consequências para as famílias e para as empresas deste brutal aumento da taxa do IVA, incidindo sobre produtos essenciais como são a eletricidade e o gás natural, são bem conhecidas. Segundo o Eurostat, desde o início de 2011, o preço do gás natural para as famílias em Portugal, incluindo todos os impostos, aumentou 53%, enquanto na zona Euro aumentou 17,6%. Em relação aos consumidores industriais, o preço em Portugal aumentou 43,7%, enquanto na Zona Euro ficou-se pelos 16,2%. Em relação à eletricidade para as famílias, no mesmo período, o preço em Portugal aumentou 28,8%, enquanto na Zona Euro aumentou 11,4%. Em relação aos consumidores industriais o preço da eletricidade em Portugal aumentou 33,3% e na Zona Euro 10,5%. Por outro lado, enquanto o preço médio do gás natural para consumidores domésticos, depois de impostos, antes da entrada da troika em Portugal, correspondia a 108,7% do preço médio na União Europeia, em meados de 2013, passou a corresponder a 128,7%. Na eletricidade, para os mesmos consumidores domésticos passou de 92,2% para 104,4%. Hoje há milhares de famílias que já nem sequer conseguem pagar as contas mensais de luz ou de gás e a quem a EDP e outras empresas de distribuição de energia elétrica ou de gás natural interrompem os fornecimentos por falta de pagamento. É visível e crescentemente reconhecido que os preços industriais de fornecimento de energia elétrica e de gás natural às empresas em Portugal – em substancial resultado do aumento das taxas de IVA em treze pontos percentuais – é um fator de perda de competitividade real que representa um paradoxo concreto face às constantes afirmações de proclamações de uma estratégia exportadora para a economia portuguesa. Os problemas sociais dramáticos que o aumento das taxas do IVA na energia tem provocado em Portugal, as consequências profundamente negativas desses mesmos aumentos na estrutura de custos e na competitividade de milhares de micro, pequenas e médias empresas em Portugal, podem e devem ser travados e revertidos. É altura de fazer reverter a situação e contribuir para uma diminuição que pode ser significativa – em termos médios de cerca de 17% - dos preços da eletricidade e do gás natural, aliviando assim, de forma muito relevante, os encargos energéticos das famílias e a estrutura de custos das micro, pequenas e médias empresas em Portugal. Face ao agravamento das condições de vida e do contexto económico e ao impacto da utilização de gás butano



e propano em milhares de famílias e em muitas micro e pequenas empresas industriais e da restauração. Os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida em 30 de junho de 2014 delibere: 1. Exigir do Governo a redução da Taxa de IVA para o consumo de eletricidade e de gás natural, butano e propano de 23% para 6%. 2. Enviar esta moção ao Governo, Assembleia da República, Presidente da República, à AMAL e aos órgãos de comunicação social.”--

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) informou que o estudo que acompanha esta Moção, nada tem a ver com a mesma, é apenas uma informação em relação à situação do mercado da energia e do gás em Portugal.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que tinha percebido o que o Sr. José Manuel Freire informou. Referiu que tinha que separar os considerandos da Moção dos números constantes na mesma, sendo que os números mencionados são verdadeiros, sendo a eletricidade em Portugal muito cara e um País se quer ser competitivo e ter crescimento, tem que ter um preço de eletricidade competitivo e todos sabem que está elevado, pelo que esta Moção da CDU faz todo o sentido. Disse que a Troika já saiu do País e está na altura de dar um sinal de incentivo à economia e às famílias e isso pode ser com feito baixando a taxa de IVA no consumo energético.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----**DELIBERAÇÃO Nº 59/AM/2014:**

-----Aprovada, por unanimidade, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. José Alberto Baptista (TSL): “As razões da nossa votação nos documentos da CDU encontram-se na intervenção feita pela Coligação TSL no período antes da ordem do dia, registada em ata.”-----

-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. Jorge Ferreira (LCF): “A minha declaração de voto serve para dar os parabéns ao PSD, porque hoje esteve connosco, conseguiu vencer aquela astral resistência a tudo que venha do lado contrário.”-----

-----**INTERRUPÇÃO DA REUNIÃO:** Neste momento, eram 22 horas e 8 minutos, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), declarou interrompidos os trabalhos da Sessão para um breve intervalo, tendo os mesmos sido retomados às 22 horas e 28 minutos.-----

-----**APROVAÇÃO DA ORDEM DO DIA:**

-----A Sra. Ana Paula Viana (CDU) disse que a CDU não concorda na íntegra, com a descrição do Ponto 2 - Apreciação e votação do Relatório de Gestão Consolidado do Município de Lagos - Ano 2013, uma vez que o n.º 2 do Artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, diz que: “Os documentos de prestação de contas consolidados são elaborados e aprovados pelos órgãos executivos de modo a serem submetidos à apreciação dos órgãos deliberativos durante sessão ordinária do mês de junho do ano seguinte àquele a que respeitam”, pelo que não se tem que fazer votação.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), disse que a Mesa ia averiguar o



Fl. 77v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

exposto, mas que se podia colocar a Ordem do Dia a votação e depois na altura da apreciação do Ponto 2 seria definido se o mesmo seria, ou não, votado.-----

-----Posto isto, foi colocada à votação a Ordem do Dia para a presente Sessão da Assembleia Municipal.-----

-----**DELIBERAÇÃO Nº 60/AM/2014:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Ordem do Dia para esta Sessão da Assembleia Municipal.-----

-----**PONTO 1 - INFORMAÇÃO ESCRITA DA PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-541-20.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, fez a respetiva introdução ao assunto.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) fez a seguinte intervenção: “Sra. Presidente da Câmara Municipal, Srs. Vereadores da Câmara Municipal, Caros Membros da Assembleia Municipal. Segundo as boas regras da democracia municipal, a Sra. Presidente da Câmara Municipal envia, em cada sessão ordinária, a sua informação/relatório sobre a atividade da Câmara Municipal, bem como sobre a situação financeira do Município. Desde a primeira sessão ordinária desta Assembleia, eleita em setembro de 2013, a Coligação TSL tem questionado a Sr.^a Presidente sobre o modelo da sua informação. Ao receber a Informação relativa ao período de 1 de abril a 31 de maio, a Coligação decidiu que a sua intervenção se debruçasse, essencialmente, sobre três aspetos: - a nova metodologia da informação da Sr.^a Presidente, - a situação financeira do Município, - e a organização urbana e fiscalizadora dos serviços municipais. 1. Sobre o ponto da nova metodologia da informação da Sra. Presidente, a Coligação TSL não pode deixar de manifestar a sua congratulação pela resposta dada pela Sr.^a Presidente, e pelo seu staff de apoio, às preocupações da Coligação. O texto da informação hoje em análise caminhou lonjuras democráticas. A começar pela “Nota Introdutória” e a terminar no expurgo do capítulo sobre a “Vereação em tempo de permanência”. Para os que não valorizam o diálogo democrático, a Sra. Presidente deu uma resposta digna, que a TSL regista. A sua “Nota Introdutória” contempla aquilo que a Coligação exigia da sua informação. Hoje, a TSL sabe que lê um documento que exprime a resposta legal e democrática da Sra. Presidente. Em relação ao resto do documento da Informação, após a Nota Introdutória da Sra. Presidente, os diversos capítulos ficam valorados, não só pela adoção feita deles pela Sra. Presidente, como pelo reconhecimento que a Câmara Municipal presta aos seus dirigentes municipais e a todos os funcionários, cujo esforço é sintetizado em cada um dos capítulos. Sem esquecer o trabalho dos responsáveis autárquicos pelos referido capítulos. Por isso, não nos iremos referir, em particular, a cada um deles. Por isso, também, e porque estamos a falar de metodologias, alçamos um pouco a mira e chegamos à semântica. E vamos falar do último capítulo da Informação, o 7.º - Processos Judiciais Pendentes. Para começar, não podemos deixar de referir o cuidado da Informação em corresponder ao



solicitado pela Coligação TSL, isto é, de referir dos processos tão só os que sofreram alguma evolução. Mas, na elaboração da sua informação, eventualmente assessorada pelos serviços municipais, há pequenas alterações semânticas a rever. 2. A situação financeira do Município. A Ordem do Dia da sessão de hoje é rica em matéria da análise financeira do Município. Temos a Informação Financeira, incluída nas páginas 21 a 25 da Informação da Sra. Presidente, ponto 1; temos no ponto 2 a apreciação de votação do relatório de gestão consolidado da município de Lagos – 2013 e, finalmente, no ponto 3, a situação do endividamento da Câmara Municipal e das Empresas Municipais, à data de 31 de março de 2014. Além do recente “relatório sobre a situação económica e financeira da autarquia em 30 de abril do ano económico de 2014”. Esta bateria de informação financeira do Município deve merecer por parte de todos os Grupos Municipais uma análise cuidada, de modo a obter da Câmara a leitura, não só técnica, contabilística e legalista, mas sim, e sobretudo, a leitura política e social. Que tudo fique claro, seja em relação à informação prestada, seja em relação à dívida total do Município. Sobretudo, porque para os membros da Assembleia Municipal e para o povo de Lagos, a dívida é sempre dívida, seja em dívida direta, seja dívida vertida em compromissos. Dos documentos analisados, há algumas constatações que não só reforçam a opinião da Coligação TSL, recolhida desde os primeiros estudos sobre a situação financeira do Município, como também a deixam um pouco perplexa, como, por exemplo, a dívida total, segundo a informação contida no ponto 3, ser de 144 milhões de euros e já não de 102 milhões. Porventura, esta frieza dos números não contempla outras variáveis que proporcionarão uma leitura diferenciada e mais clara sobre a realidade económica municipal. Pelo que, o debate sobre esta questão deve ser informado, amplo e participado. Relativamente ao conteúdo da Informação Financeira, contida na Informação da Sra. Presidente, o que a TSL tem a dizer é que a gestão financeira parece correr sem sobressaltos, uma vez que, por exemplo, as receitas obtidas dos impostos diretos superiores serem 15% ao mês homólogo do ano anterior. Na próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal, conhecida a execução orçamental semestral, a Coligação TSL fará uma análise comparativa entre o orçamentado e o realizado, de modo a poder projetar a sua proposta para o Orçamento de 2015. 3. Vamos, concluir, esta primeira intervenção, com referência ao capítulo 4. Urbanismo, licenciamento e fiscalização. A Coligação TSL tem uma especial atenção por dois setores fundamentais da organização municipal: a área cultural e a área urbanística. Mas, hoje, só iremos falar da segunda e, dentro desta, da zona da fiscalização. Todos sabemos que é uma zona vermelha, uma vez que não é fácil, nem para os responsáveis políticos, nem para os serviços municipais, encontrar um ponto de equilíbrio entre as necessidades e abusos dos munícipes e o cumprimento de uma legislação carregada de imposições. E, contudo, é uma zona que se pode converter em verde quando a Câmara Municipal, e os seus serviços urbanísticos e de fiscalização, atuarem atempadamente, sobretudo com intencionalidade pedagógica. Pelo que, quando há queixas públicas sobre abusos claros, a fiscalização deve atuar com calma, mas com rapidez, fazendo cumprir a lei quando a mesma possa estar a ser violada. Dois factos há que a Coligação traz aqui à Sra. Presidente da Câmara



Fl. 78v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Municipal, que exemplificam a necessidade de alertar os serviços responsáveis para uma intervenção competente e pedagógica. Na sessão de dezembro de 2013, o ponto 6 foi retirado da Ordem do Dia para que fosse dada uma melhor explicação sobre a situação da ocupação de um terreno público que fora utilizado para aumentar a área de um lote de construção que, por esse meio, permitira a construção de uma piscina. Desde essa data, até hoje, a Assembleia Municipal mais nada soube, mesmo que, por várias vezes, o Grupo Municipal do BE tivesse solicitado, aqui, explicações. Também, recentemente, a Coligação TSL enviou um requerimento, através da Mesa da Assembleia, sobre a ocupação indevida e abusiva de um alargado espaço público. Até à data, nem a Mesa da Assembleia, nem a TSL, receberam qualquer resposta. Espera, por isso, a TSL que, tanto um assunto, como o outro, tenham resposta rápida. Em relação ao Requerimento da TSL, esta pondera enviar, através da Mesa da Assembleia, o assunto para o Ministério Público, caso a Câmara Municipal, e os seus serviços, continuem a negligenciar esta matéria. E por agora, é tudo. Obrigado pela vossa atenção.”-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) referiu que desde outubro a CDU remeteu vários Requerimentos à Câmara Municipal e alguns ainda não obtiveram resposta, até à data, não encontrando justificação para tal. Registou, com agrado, a nova apresentação da Informação, mas chamou à atenção no sentido de ser cumprindo o que refere o n.º 4 do Artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, assim como deve ser apresentado à Assembleia Municipal um inventário dos bens e a apreciação dos resultados das empresas municipais. Referindo-se à venda ambulante disse que o Regulamento da Venda Ambulante, no seu Artigo 5.º diz que “A venda ambulante só é permitida nos locais anualmente fixados pela Câmara Municipal, os quais são divulgados através de edital”, mas para o ano de 2014, ainda não saiu tal edital.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) disse que há meses que tem vindo a ouvir queixas relativamente ao encerramento das casas de banho públicas, sejam as situadas por detrás do edifício dos Antigos Paços do Concelho, seja as situadas no Anel Verde. Relativamente à Informação, regista as melhorias do documento, mas é necessários dar o salto no sentido de se fazer coisas, deixando a retórica para trás, bem como outras situações Disse que é muito importante a visita ao Concelho do Sr. Reitor da Universidade do Alarve, com almoço, claro, mas há coisas mais importantes a fazer. Referindo-se à candidatura do doce D. Rodrigo como património imaterial da humanidade, constante na Informação, disse que para além dos custos que o processo acarreta, normalmente isso só beneficia algumas pessoas, pelo que acha que o que deve ser feito é preservar a receita tradicional e incentivar as pessoas a fabricar o original, com qualidade. Sobre a obra da ponte D. Maria disse que a mesma deve ser intervencionada o mais breve possível, mas a solução encontrada, na sua opinião, é uma má solução porque não respeita o património histórico, sendo que se podia aproveitar esta oportunidade para ser respeitar o mesmo. Acrescentou que o projeto trata-se de construir uma ponte sobre outra ponte e isso tapa a “joia”.-----

-----A Sra. Alexandra Pargana (PSD) começou por dizer que tinha sido com enorme orgulho que tinha tomado posse como Membro da Assembleia Municipal, apesar de ser uma enorme responsabilidade, espera estar à altura da mesma. Acrescentou que



ia trabalhar para todos os lacobrigenses, mas em especial para os jovens do Concelho. Alertou para a degradação do painel de azulejos junto à ponte da Marina, questionando se o mesmo se encontrava incluída no património cultural de Lagos que é necessários preservar e dignificar. Disse que lhe gere sentimento de pena ver as antigas instalações da Escola EB 2, 3 n.º 1 de Lagos no estado de grande degradação em que se encontra, pelo que perguntou quando a Câmara Municipal ia dignificar o local.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, sobre o Ponto da Ordem do Dia da Sessão Ordinária de dezembro de 2013, retirado pela Câmara Municipal, disse que o assunto está a ser avaliado pelos Serviços da Câmara Municipal e virá a uma próxima Sessão da Assembleia Municipal. Sobre o Requerimento feito pelo Grupo Municipal TSL, ainda não respondido, garantiu que o mesmo irá ter resposta. Disse ter registado as opiniões do Sr. José Manuel Freire em relação à Informação e que iria verificar o que se passava com os Requerimentos, ainda não respondidos, da CDU. Sobre a venda ambulante e as tendas instaladas no passeio da Avenidas dos Descobrimentos para o efeito, disse que este processo foi muito trabalhado e ponderado, sendo que no final da época será feito um balanço com todos os intervenientes. Ainda sobre os vendedores ambulantes e na sequência de insinuações de que os mesmos não estão de acordo com a lei disse que todos exercem a atividade de acordo com a legislação própria em vigor. Referiu ainda que a Câmara Municipal está sempre recetiva a contributos no sentido de se resolver o problema da venda ambulante. Sobre a certificação do doce D. Rodrigo disse que a certificação do produto defende o produto genuíno. Relativamente à ponte D. Maria disse que a obra que vai ser realizada respeita o património histórico. Sobre o painel de azulejos junto à ponte da Marina disse que o mesmo é preocupação da Câmara Municipal, mas não é fácil recuperar o painel na sua totalidade. Relativamente às instalações da antiga Escola EB 2, 3 n.º de Lagos, disse que a mesma foi vandalizada, tendo apenas só as paredes e os telhados e de momento é irrecuperável, sendo mais um problema que está em cima da mesa.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) relativamente à escola disse que é impressionante como a escola chegou a esta situação, ainda por cima em frente à Câmara Municipal. Disse que a certificação do doce D. Rodrigo é que vai fazer com que o mesmo seja original, sendo que a CDU sempre defendeu tal certificação. Referiu que a Informação corresponde àquilo que todos os Membros devem ter conhecimento.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) disse que há outras formas de certificar um produto sem que o processo tenha que passar pela Unesco. Afirmou que as instalações da escola EB 2, 3 n.º 1 de Lagos foram destruídas nas barbas da Câmara, sendo que não consegue perceber como é que isso foi possível, pelo que isto leva-o a perguntar quem é o responsável da Câmara Municipal pelo património municipal. Disse que a Câmara ainda não deu resposta à pretensão dos Vereadores da oposição terem gabinetes para fazer atendimento. Referiu que a Câmara Municipal ainda não respondeu a Requerimentos da LCF feitos em fevereiro, lembrando que as respostas aos mesmos devem ser dadas num português que qualquer cidadão entenda. Sobre



Fl. 79v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

as avenças que a Câmara tem, disse que a avença com o jurista tem já bastantes anos, pelo que perguntou se não seria tempo da Câmara escolher outros juristas. Sobre as perdas de água disse que a Câmara congratula-se pelo facto de ter cerca de 30% de perdas, mas na maior parte das Câmaras, as perdas rondam os 15%. Relativamente à venda ambulante e ainda sobre as tendas montadas no passeio da Avenida dos Descobrimentos, disse que de venda ambulante aquilo nada tem, porque os locais estão fixos. Requereu à Câmara Municipal que oficializasse a Polícia Marítima para proceder à fiscalização das tendas para os vendedores ambulantes existente no passeio da Avenida dos Descobrimentos; Requereu, igualmente, que a Câmara oficializasse a Autoridade Tributária para que esta fiscalizasse os vendedores ambulantes referidos, sendo que o mesmo será válido para a ASAE. Disse que relacionar ao Licenciamento Zero com a venda ambulante, pode trazer problemas complexos para a Câmara Municipal. Reforçou o que foi dito pelo Sr. José Alberto Baptista relativamente a ocupações abusivas, por parte de particulares, de espaço público, aquando da construção de imóveis.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) disse que de um modo geral, todos gostam das alterações introduzidas na Informação. Referiu que o número de processo de execuções fiscais são elevados, pelo que perguntou se não havia maneira de reduzir estes números. Sobre o projeto de obra para a ponte D. Maria, disse que concorda com o mesmo. Solicitou mais informações sobre o Moleão e sobre o crescente número de licenciamento de Alojamento Local.-----

-----O Sr. José Santos (BE) solicitou informação relativamente à obra relacionada com a entrada principal da escola Júlio Dantas.-----

-----A Sra. Ana Paula Viana (CDU) perguntou se já estava adjudicada a obra de intervenção no pináculo da torre da igreja de S. Sebastião; qual o ponto de situação das obras da igreja de Santo António. Perguntou que tipo de obras tinha sido doadas à Câmara Municipal, por parte de artistas.-----

-----O Sr. Carlos Glória (LCF) disse ter verificado que os vendedores ambulantes utilizam o parque de estacionamento pago na Avenida dos Descobrimentos, junto à tendas, para lá estacionarem as viaturas, que serve de armazém, pelo que questionou se esse estacionamento era pago ou estava incluído na ocupação da tenda. Referindo-se à praia da D. Ana disse que a mesma tem um mau aspeto, especialmente na zona da arriba, sendo da opinião de que algo devia ser feito.-----

-----O Sr. António Marreiros (PS) perguntou se já se tinham iniciado as obras a alguns fogos municipais carenciados das mesmas. Disse que o período de férias escolares é o ideal para que a Parque Escolar realizasse a obra de acesso à escola Júlio Dantas. Solicitou informação sobre a mudança da GNR das atuais instalações para o Chinicato. Sobre as obras na ponte D. Maria, disse que do conhecimento que tem do projeto, concorda com a obra e com o que vai ali ser feito.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) referindo-se à Associação Portuguesa do Municípios com Centro Histórico e ao facto de Lagos ter sido escolhida para a Sessão Solene do Dia Nacional dos Municípios com Centro Histórico, 28 de março, disse que parece que este tipo de Associações existem para promover os seus próprios membros, com medalhas, com honras, etc., e isso, na opinião da LCF é folclore, pois foram



medalhados nesse dia um antigo dirigente da Associação e um Arquiteto Municipal, o Arquiteto Frederico Paula, que é pago, e bem pago, pela Câmara para fazer o seu trabalho, pelo que o que se quer ver é trabalho e não entrega de medalhas. Disse ter conhecimento de que ao Sr. Presidente da Mesa foi entregue um cartão de acesso aos parques de estacionamento, pelo que, ou são distribuídos cartões a todos os membros da Assembleia Municipal, ou então não deve haver cartões para ninguém, sendo esta a opinião da LCF. Acrescentou que o Sr. Presidente ao receber esta oferta, ou declinava a mesma, ou solicitava cartões para todos os Membros da Assembleia Municipal. Informou que já tinha feito um requerimento à Câmara Municipal no sentido de ser informado sobre os cartões de estacionamento distribuídos e outros acesso grátis a equipamentos municipais.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) sobre o assunto “tendas na Avenida” disse que a Assembleia Municipal não foi tida nem achada no assunto, apenas foi chamada para se pronunciar sobre a alteração ao Regulamento da Venda Ambulante na área do Município de Lagos, pelo que reforçou a sua intervenção anterior sobre o tema.--

-----A Sra. Clara Rato (PS) sobre a visita do Sr. Reitor da Universidade do Algarve a Lagos, disse que o mesmo almoçou na cantina da Escola Secundária Júlio Dantas e comeu o mesmo que os alunos tinham à disposição. Disse que o doce D. Rodrigo é candidato, legítimo, a património imaterial da humanidade e isso vai trazer o D. Rodrigo original, uma vez que o mesmo está adulterado e essa certificação vai trazer o D. Rodrigo original. Referiu que a ponte D. Maria é um elemento estruturante em Lagos, fazendo muita falta à cidade e felizmente foi encontrada uma solução para o arranjo da mesma. Relativamente ao festival In Lagos, realizado no Parque Júdice Cabral, disse que o evento veio dar dignidade ao equipamento que está ao abandono. Sobre a venda ambulante e às tendas colocadas no passeio da Avenida dos Descobrimentos, disse que tinha que se arranjar uma solução para o problema, e foi encontra aquela que muitas pessoas não gostam, mas fosse qual fosse a solução as pessoas não iam gostar nunca porque são sempre do contra, mas se alguém tem uma melhor solução que apresente.-----

-----O Sr. José Valentim Rosado (PSD) começou por requerer à mesa que fosse solicitado os relatórios elaborados pela Delegada de Saúde e pelos técnicos municipais, relativamente à apreciação que os mesmos fizeram sobre a situação exposta pelo munícipe Sr. Jorge Humberto Nascimento, no Período de Intervenções do Público. Sobre a Informação disse que a mesma tem um novo estilo, cada Presidente de Câmara tem o seu estilo próprio e sobre isso nada tinha a acrescentar, a não ser de que tinha a expectativa de uma alteração de estilo, um corte/rotura com a política de um passado recente. Reconheceu não ser fácil uma vez que o Partido é o mesmo, mas Lagos necessita de tal alteração. Disse que há muitas coisas que se arrastam, permanente, no Município de Lagos e que não têm tido de resposta, como por exemplo as instalações da antiga escola Gil Eanes e o equipamento que a mesma tinha que desapareceu e que podia dar origem a um pequeno núcleo museológico, ou seja, isto é o sintoma da preguiça, como defendeu o Sr. Jorge Ferreira, numa sua intervenção nesta reunião. Afirmou que hoje o Centro Histórico está mais desertificado devido às más políticas do ordenamento e da deslocação de alguns



Fl. 80v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

espaços. Recordou que o PS quando está na oposição tem soluções para tudo mas no Poder já não tem soluções para tudo, ou seja, atua de uma maneira quando é oposição e de um outra quando é Poder. Disse ainda que muitas das vezes o Executivo PS atua promovendo as injustiças e as desigualdades. Afirmou gostar muito de Lagos e gostava que Lagos fosse uma cidade cosmopolita e voltada para a qualidade, mas atualmente Lagos está a perder tudo isso.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) disse que não tinha atacado a dignidade de ninguém. Referiu que a política, na sua opinião, é “servir sem se servir”, pelo que cada um deve pagar do seu bolso, porque recebe para isso, o que consome, almoços, jantares, etc., quando se desloca a qualquer associação, sendo essa uma forma de financiar as mesmas.-----

-----O Sr. Eduardo Andrade (PS) informou que tinha, em tempos, sido convidado para tentar criar uma escola profissional em Lagos, a funcionar nas antigas instalações da escola Gil Eanes, a qual não foi autorizada pelo Governo PSD, na altura liderado pelo Dr. Durão Barroso. Sobre a maquinaria que estava nas antigas instalações disse que a Direção Regional de Educação do Algarve que deu instruções a um sucateiro para levar a maquinaria, tendo ele próprio tido o cuidado em pedir ao sucateiro para deixar algumas peças mais significativas, tendo sido esse pedido aceite.-----

-----O Sr. José Valentim Rosado (PSD) agradeceu os esclarecimentos do Sr. Eduardo Andrade e disse que seria interessante conhecer-se a fundamentação para que não se avançasse com a escola profissional em Lagos.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, disse que as instalações da EB 2, 3 n.º 1 de Lagos foram vandalizadas durante a noite, e não houve maneira de detetar tal situação. Referiu que as antigas instalações da Gil Eanes são utilizadas, nomeadamente pelo Espaço Jovem. Em relação à obra na Júlio Dantas, nomeadamente a entrada principal, disse que a obra é da responsabilidade da Parque Escolar e que não consegue informar sobre a mesma. Sobre a mudança da GNR de instalações disse que só falta a resposta das entidades relacionadas com a GNR para que a mudança seja uma realidade.-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, disse que o alojamento local não são só hostel's, é tudo o que se enquadra na Lei, sendo um processo simples; por isso é preferível haver alojamento local em vez de alugueres ilegais. Sobre as viaturas que servem de armazém aos vendedores ambulantes no passeio da Avenidas dos Descobrimentos, estacionadas no local, disse que se as mesmas tem uma avença podem lá estar estacionadas, as que não tiverem são multadas, não havendo regime de exceção. Em relação à intervenção do Sr. José Valentim Rosado, disse que o mesmo com a última intervenção, tinha, na sua opinião, “borrado a tinta”, uma vez que a avaliação que fez a um Executivo com pouco tempo de trabalho, sabendo as dificuldades pelas quais está a passar a Câmara Municipal, não é real.-----

-----O Sr. José Valentim Rosado (PSD) disse que, provavelmente, não tinham sido bem interpretadas as suas palavras, uma vez que a crítica foi ao PS e não propriamente à Câmara Municipal Recordou que a Sr. Presidente foi Vice-Presidente



da Câmara Municipal durante 10 anos e os restantes Vereadores do PS foram Membros da Assembleia Municipal, nunca tendo levantado a voz a denunciar algumas das tropelias que foram feitas no Município que hoje, infelizmente, estão todos a pagar. Referiu que as verdades têm que ser ditas e que lhe custa ver a cidade a passar por esta situação e sabe que ao Sr. Vice-Presidente também lhe custa.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, em relação à situação financeira do Município disse que esta Sessão da Assembleia Municipal tem assuntos próprios para esclarecer a mesma; não sendo a mesma boa há outras Câmaras Municipais piores e de vários quadrantes políticos.-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA:** De seguida foi aprovada, por unanimidade, a minuta de todas as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal no decurso da presente Reunião.-----

-----**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente Reunião, foi utilizada a forma de votação por braço levantado e por Grupo Municipal representado na Assembleia.----

-----**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** Assim o Sr. Presidente da Mesa, após consulta à Assembleia, declarou interrompida a Sessão, para continuação no dia 7 de julho de 2014, às 20 horas e 30 minutos, hora regimental, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho, no Ponto 2 da Ordem do Dia, tendo, eram 0 horas e 33 minutos da madrugada do dia 1 de julho, declarado encerrada esta Reunião.-----

-----Da qual, para constar, foi extraída a presente Ata que eu, Ana Margarida de Passos Águas Bento e Barros Martins, Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevi e assino juntamente com o seu Presidente, Sr. Paulo José Dias Morgado.-----

.....
.....